

LUÍS HENRIQUE DIAS TAVARES

AS IDÉIAS DOS
REVOLUCIONÁRIOS
DE 1798



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO

*"Povo o tempo he chegado para vos defenderdes a
vossa Liberdade, o dia da nossa felicidade esta para chegar,
animaivos que sereis felices para sempre..."*

Boletim dos revolucionários de 1798.

O presente trabalho é um estudo sôbre as idéias dos revolucionários baianos de 1798. Pressupõe, naturalmente, do leitor, algum conhecimento dos fatos da chamada revolução dos alfaiates, já expostos em livro pelos Srs. Braz do Amaral e Afonso Ruy. Além disso, determinadas questões, que fugiam ao plano da pesquisa que êste trabalho disserta — as idéias políticas, sociais e econômicas dos patriotas de 1798 — são, aqui, apenas a floradas. Elas necessitam posterior desenvolvimento. São questões ainda não elucidadas perfeitamente pelos estudiosos do movimento baiano, como, por exemplo, a dos *Cavaleiros da Luz* — os conspiradores que se organizaram num clube de estilo maçônico e que deram início à Inconfidência baiana. Ainda não se tem uma idéia clara de quem eram êstes *Cavaleiros* e o que queriam, além da Independência. Por isso, quando falamos, no presente trabalho, das idéias dos revolucionários de 1798, quase que estamos a nos referir apenas aos elementos populares, artesãos, escravos e soldados, porquanto responderam a processo e fizeram declarações. Assim, deixaram indicações sôbre o que queriam e pensavam.

O trabalho procura descobrir as fontes teóricas do movimento. Não digo as fontes de inspiração — que

seriam logicamente as de doutrina burguesa — mas sim os livros dos seus teóricos, que teriam ou não contribuído para a formulação das idéias dos baianos de 1798.

Os dois capítulos finais são consequência da análise sobre as idéias dos revolucionários. Mostram que elas partiram dos *Cavaleiros*, mas que foram levadas a maiores consequências pelos elementos populares, que introduziram no movimento as reivindicações de igualdade de direitos e de abolição da escravatura.

Finalmente: este trabalho procura colocar o movimento baiano ao lado dos demais da luta pela Independência — negando-lhe, desta forma, o caráter único e particular de “revolução social”, com o qual aparece em estudos mais divulgados.

I

AS IDÉIAS POLÍTICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS

As principais idéias dos revolucionários de 1798, segundo os boletins de 12 de agosto, os “boletins sediciosos”, e outros documentos, foram:

1. Independência.
2. República.
3. Abolição da escravatura.
4. Igualdade de direitos, sem distinção de cor.
5. Liberdade de comércio.
6. Separação da Igreja do Estado.

A principal, e primeira idéia, era a Independência.

No boletim catalogado como 1.º aviso, lemos:

“Animai-vos Povo Bahiense que esta para xegar o tempo feliz da nossa liberdade...”

Em seguida vem a lista dos prováveis adeptos do movimento — oficiais de linha e de milícias, homens graduados em postos e cargos, inferiores de linha e de milícias, soldados de linha e de milícias, homens graduados em leis, homens do comum, homens do comércio, frades bentos, franciscanos, barbadinhos, “terezios”,

clérigos e familiares do Santo Officio — num conjunto de 676 pessoas.

O aviso n.º 3 dizia:

“Ó vos Homens cidadãos; ó vos Povos curvados, e abandonados pelo Rei, pelos seus despotismos, pelos seus Ministros.

“Ó vos Povo que nascesteis para sereis livre e para gozares dos bons efeitos da liberdade; ó vos Povos que viveis *flagelados com o pleno poder do indigno coroado* esse mesmo rei que vos criastes; esse mesmo rei tyrano he quem se firma no trono para vos veixar, para vos roubar e para vos maltratar.

“*Homens, o tempo he xegado para vossa ressureiçam*; sim, para ressucitareis do abismo da escravidam, para levantareis a sagrada Bandeira da Liberdade.

“A Liberdade consiste no estado feliz, no estado livre do abatimento; a liberdade he a doçura da vida...”

Outro boletim, o “Aviso ao Clero e ao Povo Bahiense indouto”, declarava:

“O Poderoso e Magnifico Povo Bahiense Republicano desta Cidade da Bahia Republicana considerando nos muitos e repetidos latrocínios feitos com os titulos de imposturas, tributos e direitos que sam cobrados por ordem da Rainha de Lisboa e no que respeita a inutilidade do

mesmo povo tam sagrado e *Digno de ser livre*, com respeito a liberdade e igualdade ordena, manda e quer que para o futuro seja feita nesta Cidade e seu Termo e sua revolução *para que seja exterminado para sempre o pessimo jugo reinavel da Europa...*”

Na conclusão do processo, o Desembargador Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto, ao se referir à participação de João de Deus do Nascimento, acusa-o de “procurar subtrair o Brasil do legitimo Poder de sua soberana, ao doce e suave jugo das Leis, que regem os seus Estados”.

Em suas declarações aos inquisidores, com orgulho patriótico, Manuel Faustino dos Santos Lira disse que pretendiam “reduzir o continente do Brasil a hum governo de igualdade...”

José Felix, pardo, escravo do Dr. Francisco Vicente Viana, contou que Santos Lira o procurara a fim de comunicar “hum levantamento, por meio do qual se propunha reduzir o continente do Brasil a huma republica...” Esclareceu, ainda, que a causa dêste querer era o “grande farto que o Principe faz a praça desta Cidade”. Além do mais, quase tôdas as testemunhas do processo, dizendo pouco, por cautela (não era tão suave, como alegava o Desembargador, o “jugo das Leis” de D. Maria I...), ao menos disseram: “he publico, e notorio, que nesta cidade alguns individuos projectavam fazer hum levantamento, com saque e assassinio dirigido a reduzir o continente do Brasil a hum igual, e Democratico”.

Nos boletins e nas declarações aponta-se a condição de colônia como causa do “abatimento” em que se encontravam. Em BLUTEAU¹ encontramos o seguinte significado para “abatimento”: “Adversidade, que diminui o poder, a autoridade. Profundo obsequio. *Grande submissão*”.

A questão da Independência era, então, o problema central dos povos coloniais da América. A colonização fôra um aspecto da revolução comercial. Mas, nos fins do século XVIII, findando-se o ciclo do capitalismo mercantil, o que se iniciava, o industrial, de um lado forjava novas formas de exploração colonial e de outro se chocava com um mundo colonial que poderia ser rico mercado comprador, mas que não o era, porque não tinha autonomia e porque se encontrava sob o contrôle monopolista dos seus colonizadores. O capitalismo ascendente gerava nações. Na América, esta gestação, fazendo-se sob a inspiração do capitalismo, tinha que se distinguir da Europa. Não ocorreria apenas no processo da luta contra o feudalismo mas, principalmente, na luta pela Independência, porquanto as futuras nações americanas eram Colônias nos fins do século XVIII. Assim, a idéia de Independência tinha que estar em todos os movimentos de revolta contra a Metrópole colonizadora. E tinha que estar em posição destacada. Seria a primeira idéia de todos os revolucionários que lutaram pela libertação dos povos americanos, quer nas 13 Colônias que dariam os Estados Unidos, quer na Co-

¹ *Vocabulario Portuguez e Latino*, Pe. D. RAPHAEL BLUTEAU, Coimbra, 1712.

lômbia, no México ou no Brasil. As outras idéias estavam condicionadas à de Independência. O Sr. AFONSO ARINOS² apercebeu-se desta verdade, quando, em estudo sobre as idéias dos patriotas de 1789, escreveu: “Entre as idéias políticas dos Inconfidentes ocupava o primeiro plano a da independência da Colônia. Isto seria, naturalmente, a base de tudo, a condição resolutiva para a execução de todos os demais propósitos”.

Indaga-se, entretanto, se a Independência desejada pelos revolucionários de 1798 era de extensão nacional, ou se estava circunscrita à Bahia. Nos boletins e nas declarações as referências são, sem dúvida, à Bahia, ao “povo bahiense”. Há a declaração de Santos Lira, segundo a qual pretendiam “reduzir o continente do Brasil a hum governo de igualdade”. Mas, na maioria dos casos, os documentos só dão forma a um sentimento regionalista. Achamos que é natural. Não podia existir então um sentimento nacional, porém apenas elementos de futura nacionalidade. Havia uma nação brasileira? Não. O Brasil era uma Colônia, estava dividido em regiões que mal se comunicavam, conforme observa SOUTHEY³ escrevendo sobre o Pará e o Maranhão. Assim devia predominar o sentimento regionalista, muito claro nos movimentos de 1789 (Minas) e 1798 (Bahia). Todavia, esta constatação não diminui os dois primeiros grandes movimentos de libertação do

² *Terra do Brasil*, AFONSO ARINOS, Comp. Editôra Nacional, 1939.

³ *História do Brasil*, ROBERTO SOUTHEY, Tomo 6.º, Livraria Garnier, Rio de Janeiro, 1862.

Brasil. Ao contrário. Serve, entretanto, como advertência, para que se examine com espírito mais realista o rico período das lutas do povo brasileiro pela Independência.

No movimento dos revolucionários de 1798, a idéia de Independência se liga à de República.

Lá está, no depoimento de João de Deus do Nascimento, a concepção de República de um dos líderes do movimento: o soldado e artesão Lucas Dantas do Amorim Tôrres, revolucionário audaz e talentoso. Quando êle comunicou a João de Deus: "Nós o temos contemplado em hum certo numero, para huma revolução", e João de Deus manifestou estranheza, Lucas esclareceu: "He fazer hum guerra civil entre nos, para que nam se distinga a cor branca, parda e preta, e sermos todos felices, sem exceijam de pessoa, de sorte que nam estaremos sujeitos a sofrer hum homem tolo, que nos governe, que só *governaram aquelles que tiverem juizo e capacidade para mandar a homens...*"

Em outro encontro, ensinando a João de Deus como fazer agitação entre os soldados, escravos e artesãos, disse Lucas:

"Quando lhes fallar, digalhes assim: — O Povo tem intentado huma revolução, afim de tornar esta Capitania um Governo democratico, nelle seremos felices; por só *governaram as pessoas que tiverem capacidade* para isso, ou sejam brancos ou pardos, ou pretos, *sem distincam de cor, e sim de juizo*, e he melhor do que ser governado por tolos, e logo os convencerá."

Era, realmente, uma grande fórmula!

Descontando-se as naturais deformações de um processo dirigido por juizes que julgavam para servir ao colonizador luso, conclui-se que os revolucionários de 1798 concebiam uma República liberal, na qual, segundo os teóricos, o Govêrnc é escolhido pelo povo e exercido pelos mais capazes, sem distinção social ou de côr.

A idéia de República está impressa em tôdas as manifestações dos revolucionários. Os boletins de 12 de agôsto, por exemplo, foram feitos em nome do *Povo Bahiense e Republicano*. Falam numa *Democracia Bahiense*. Naqueles em que não está assinado "Do Povo", a assinatura é: "Anonimos Republicanos".

Nos depoimentos, como nos boletins, afirma-se a mesma aspiração: República.

José Felix, ao relatar o encontro com um *fuão* que o procurava convencer, lembrou que aquêle lhe respondera, ao perguntar porque desejava a República: "He para respirar mais livres: pois vivemos sujeitos, e por sermos pardos nam somos admitidos a acesso algum, e sendo Republica ha igualdade para todos".

José do Sacramento, pardo livre e alfaiate, certa feita pediu a Lucas Dantas e a João de Deus para não fazerem listas dos "reconhecidos republicanos".

No poema de Moniz Barreto, o poeta e professor de Latim, alguns versos proclamam o princípio da sobe-

rania do povo, do povo que é, segundo os teóricos, a base do Poder da República liberal burguesa:

“Quando os olhos dos Bahianos

Estas quadras divisarem

E longe de si lançarem

Mil despoticos tyranos

Que felices e soberanos

Nas suas terras serem!”

Na carta de Silva Lisboa⁴ a Cipriano Barata, aquêlo comunica: “Estou a escrever os artigos do governo”. E urge: “Nam deixe de aclamar logo o chefe da republica bahiana”.

Como deveria ser essa República?

Não é fácil uma resposta exata. A documentação que ficou não possibilita afirmativas. Entretanto, pode-se concluir, pelas tendências gerais, que a República seria liberal-democrática, com a escolha “dos mais capazes” pelo voto. Com êste sentido é a declaração de Lucas Dantas a João de Deus: “Temos eleijam”.

⁴ Em *A Bala de Prata*, PEDRO CALMON acha que Cairu não teve ligação com os revolucionários de 1798. Da mesma opinião é o autorizado historiador, Sr. Wanderley de Pinho, que a transmitiu ao fazer algumas sugestões para o presente trabalho. De fato, a atuação de Silva Lisboa, na teoria e na prática, não foi de um partidário da liberal democracia, e muito menos de um revolucionário. A carta acima referida foi publicada, sem indicação de fonte, por Borges de Barros, à página 23 do seu “Confederados do Partido da Liberdade”. Não excluimos a sua citação, não somente porque não estávamos preocupados em elucidar a participação de Cairu, como também porque a carta em questão não modifica a argumentação dêste estudo.

Há, ainda, o documento encontrado entre os bens do alfaiate João de Deus, no qual está consignado:

“40 Deputados a Cr\$ 2:336\$000 — 93:440\$000”.

Além disso, um dos boletins anunciava:

“O Povo Bahiense Republicano na secção de 19 do presente mez houve por bem eleger...”

João de Deus, conversando com Inácio da Silva Pimentel sôbre o sôldo dos militares e deputados na República, declarou: “Deputados deviam regela”.

Joaquim José da Veiga, na denúncia que apresentou, recordava que João de Deus, ao procurá-lo, dissera: “Convinha que todos se fizessem francezes, para viverem em igualdade e abundancia”.

Francês era sinônimo de republicano.

O ideal republicano é assim radical nos revolucionários de 1798. Suas referências à Monarquia e ao Rei são: “poder indigno”, “rei tyrano”; a Monarquia e o Rei existem “para vos deixar, para vos roubar e para vos maltratar”; a Monarquia e o Rei cometem “despotismos”, “imposturas”, “latrocinios”...

Os revolucionários de 1798 — pelo menos os elementos populares — pertenciam à ala esquerda dos patriotas que lutaram pela Independência. Nêles era maior a influência da França, com tôda sua febre de soberania do povo, do que dos Estados Unidos e da Inglaterra, com todo o seu controlado constitucionalismo. Daí falarem numa república que igualava direitos; numa república em que governariam os *mais capazes*, os de *juízo*, brancos, pretos ou mulatos, “sem

distingam de cor". No movimento mineiro, de 1789, não foi assim tão claro o sentimento republicano. Entretanto, não deixou de existir. Por exemplo, na denúncia de Bernardo de Brito Malheiro, lemos: "Sempre conheci, desde que vim para a América, nos nacionais desta, um intenso desejo de se sacudirem fora da obediência que devem prestar aos seus legítimos soberanos, mas antes patenteavam uma interior vontade de fazerem do Brasil uma república livre assim como fizeram os republicanos ingleses"⁵. Se os *pendores republicanos* apareceram com maior firmeza no movimento baiano, isto se explica pela influência da Revolução Francesa, então espelho para os povos em luta pela liberdade, e que deveria ser naturalmente grande em 1798, e nula na época da Inconfidência Mineira, quando ainda não ocorrera a queda da monarquia francesa.

No movimento de 1798, como nos demais, a luta pela Independência e pela República estava indissolúvelmente ligada aos problemas da escravidão e do comércio monopolista.

Eram um todo. Não se podia pensar na Independência sem a liberdade de comércio; não se podia esquecer a existência dos escravos, porquanto estes não eram apenas seres que sofriam: eram uma mercadoria cara.

O escravo era uma força. Não se domava, não aceitava a escravidão, constantemente estava a se rebelar. E estas rebeliões de escravos, ora isoladas, sob a forma de fugas, ora sob a forma característica dos qui-

⁵ *Autos de Deyassa da Inconfidência Mineira*, Rio de Janeiro, 1936.

lombos, enchendo o Brasil colonial, e aumentando a partir dos primeiros anos do século XIX,⁶ eram um poderoso impulso para as lutas pela Independência. Elas sacudiam o sistema feudal-escravista que era o do Brasil-Colônia e, sacudindo-o, ameaçavam e enfraqueciam o domínio português. Os latifundiários-escravistas, em luta pela Independência, não o compreendiam assim. Antes de tudo eram senhores de escravos. Muitos patriotas da época — e de após — souberam, entretanto, reconhecer a importância do escravo na luta pela Independência. Luiz Vaz de Toledo, por exemplo, numa das reuniões dos Inconfidentes, pleiteando a abolição da escravatura, disse: "Um negro com a carta de alforria na testa se deitava a morrer"⁷.

Do movimento de 1798 participaram escravos, negros e pardos forros, e filhos de escravos (Santos Lira). No entanto, as referências que ficaram, nos documentos, são mínimas. É de se estranhar. Todavia, a falta de declarações claras, por parte dos revolucionários, sobre a escravidão, parece ter sido por causa da orientação dada ao processo pelos inquisidores, que perguntaram mais sobre as intenções de Independência e República, — ou, então, pelo extravio ou falta de documentos. Não se pode esquecer, ainda, que alguns conspiradores *Cavaleiros da Luz* eram senhores de escravos, como Siqueira Bulcão. Eles deviam ser cuidadosos ao falar da

⁶ *Levante de pretos na Bahia*, EDUARDO DE CALDAS BRITO, in "Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia", Vol. X, n. 29, Litho-Typ. e Enc. Reis & C., Bahia, 1904.

⁷ AFONSO ARINOS, *livro citado*.

Abolição... Queriam a Independência, mas nada demonstra que desejassem a abolição do cativo. Neste particular, inclusive, se separariam dos elementos populares, dos artesãos, soldados, libertos e escravos, que compareceram à presença do Desembargador Costa Pinto.

Há uma carta de Cipriano Barata ao proprietário da Fazenda *Soaíba*, Capitão Luiz Gercent, carta apreendida em 19 de setembro de 1798 (Cipriano fora prêsô no dia 6 do mesmo mês), e que dizia, em certo trecho:

“Temos escapado de grandissimo desastre da rebelião dos escravos, mulatos e negros; ainda o sangue de todo senam aqueceo, visto o perigo a q. temos andado expostos. Meo amigo, cautela com essa canalha africana...”⁸ *

A carta pode ser um despiste, como sugere AFONSO RUY⁹. É inegável, porém, que os senhores, aderindo aos movimentos pela independência, não aceitavam a Abolição. Eles viviam do trabalho escravo; resistiriam à sua extinção durante quase todo o século XIX, quando, com o Brasil livre do jugo português, passaram a formar a camada dirigente do Império.

No entanto, mesmo com o pouco que ficou, estamos certos de que os revolucionários de 1798 — não os *Cavaleiros da Luz*, mas os elementos populares — patrocinaram a luta dos escravos contra a escravidão e

⁸ *Um Agitador Bahiano: Cipriano Barata de Almeida*, Centro de Estudos Baianos, Salvador, Bahia, 1953.

⁹ *Idem*, *ibidem*.

lhes deram até uma fórmula, que era apresentar a luta pelo “governo republicano” como o caminho certo para a conquista de um regime em que o trabalho seria livre.

Nas suas declarações, Luís da França Pires, pardo e escravo de José Pires de Carvalho, Secretário Perpétuo do Governo, recordou que Santos Lira lhe dissera: “que estava projectado hum levante nesta Cidade, o qual se executava dahi a hum, ou dous mezes, *afim de serem libertos todos os pretos, e pardos captivos*”.

Outro escravo, José Félix da Costa, pardo cativo do Dr. Francisco Vicente Viana, contou que Lucas Dantas o convidara para o movimento. A mesma declaração fizeram Inácio Pires e Manuel José de Vera Cruz, escravos do Secretário do Governo, José Pires de Carvalho. É de se salientar, ainda, a atuação do escravo Luís Pires, revolucionário que coordenou partidários para o levante armado contra o domínio luso, e terminou escapando e desaparecendo, muito embora pesasse contra êle uma condenação à morte: êle seria o quinto mártir, não fôsse o seu desaparecimento.

É bem expressa a reivindicação de comércio livre.

No boletim “Aviso ao Clero e ao Povo Bahiense indouto”, lemos:

“... se acham as medidas tomadas para socorrer estrangeiros e progresso do comercio de Assucar, Tabaco e Pau Brazil e todos os mais generos de negocio e mais viveres, comtanto que aqui viram todos os estrangeiros tendo Porto Aberto mormente para a Nação Francesa”.

Outro boletim se refere à liberdade de comércio:

“... outrossim ordena que qualquer comissario mercador, mascates; lavradores de mandioca, fabricantes de assucar, tabacos, hajao de ter todo o direito sobre as suas fazendas com auxilio do Povo, segundo o plano e boa ordem que para esse fim se tem passado alem do socorro de fora”.

Ainda no depoimento de José Félix, reportando-se ao encontro com Lucas Dantas e Santos Lira, dizia êle que falaram sôbre a situação do comércio, queixando-se da demora de um comboio, o que deixara os negociantes a “pedirem huma esmola”.

A abertura dos portos (liberdade de comércio) era então exigida como um alento de vida. O Brasil colonial vivia da exportação de produtos da agricultura; a sua economia estava em função do comércio externo. Devido a isto, a abertura dos portos seria a pedra de toque da luta pela Independência do Brasil.

O monopólio comercial português, além de irritante e severo, era controlado pela Inglaterra e se tornava profundamente sentido. O monopólio tinha todos os aspectos de absurdo. Com êle sofria todo o comércio urbano, que era quase todo de portugueses; sofriam muito mais os senhores de engenho, os latifundiários-escravistas que, sob o pêso dos impostos e das restrições coloniais, eram esmagados pelo comércio monopolizado, e viviam eternamente endividados, hipotecando os bens ou pedindo moratória, como solicitaram, de modo geral,

senhores de engenho e lavradores, em 1738¹⁰. O comércio livre era a possibilidade de comerciar com outros povos, de estabelecer concorrência, de se libertar de impostos e taxas, de valorizar as mercadorias, de aumentar a produção. Assim, a abertura dos portos (liberdade de comércio) era uma exigência sentida em tôda a Colônia, e até mesmo por algumas autoridades portuguesas, como demonstra uma carta do Marquês de Angeja, Vice-rei e Capitão-geral de mar-e-terra do Estado do Brasil, ao Secretário de Estado, Diogo de Mendonça Côrte Real¹¹, carta que é de 1715 ou, ainda, o inquérito organizado sôbre o problema pelo Conde da Ponte¹². A exigência era, assim, uma tábua comum, mas era sobretudo dos senhores que, além do monopólio, sofriam a exploração usurária dos comerciantes portugueses, que emprestavam dinheiro ou forneciam escravos e roupas em troca das colheitas.

É perfeitamente compreensível a preocupação com o comércio livre nos revolucionários de 1798. Viam no comércio livre a perspectiva de desenvolvimento, de progresso. Isto, aliás, é sintomático: a economia da Colônia estava em função do comércio externo; os seus elementos não enxergavam o capitalismo, não iam em direção ao capitalismo — viam o comércio, exclusiva-

¹⁰ *Anais do Arquivo Público da Bahia*, n. 14, Imprensa O., Bahia, 1927.

¹¹ *Documentos Históricas*, Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1952.

¹² *A Economia Brasileira no Alvorecer do Século XIX*, RODRIGUES DE BRITO, Prefácio de F.M. de Góes Calmon, Livraria Progresso Editôra, Bahia, s/d.

mente o comércio. Daí, certamente, o grande prestígio de Adam Smith, lido e assimilado, na Bahia, por José da Silva Lisboa; também lido e assimilado, em Minas, por Cláudio Manoel da Costa¹³.

Ao lado das grandes idéias de independência, república, abolição da escravatura e liberdade de comércio, sobressai, com particular agudeza, a de igualdade de direitos, sem distinção de cor. É das formulações mais insistentes nos documentos de 1798.

Lá estão as palavras de Lucas Dantas: "para que nam se distinga a cor branca, parda e preta, e sermos todos felices, sem exceijam de pessoa..." Ou, ainda, do mesmo Lucas Dantas: "sem distingam de cor, e sim de juizo". Falava da República que, conquistada, deveria trazer estas condições ideais num ambiente de relações escravistas, nas quais tinham de predominar as discriminações sociais e de cor.

No seu depoimento, declarando que pretendia o Brasil livre e republicano, também disse Manuel Faustino dos Santos Lira: "hum governo de igualdade, entrando nelle brancos, pardos e pretos, *sem distingam de cores, somente de capacidade para mandar, e go-vernar*".

José Félix, recordando o encontro com um revolucionário, repetiu o que êle afirmara: "*Sendo Republica ha igualdade para todos*".

Antonio Joaquim de Oliveira, pardo fôrro, relata um diálogo com o artesão João de Deus, ocorrido em

¹³ AFONSO ARINOS, *livro citado*.

julho de 1798. Chovia. Êle estava numa cadeira-de-arruar, quando parou na porta de João de Deus. Disse João de Deus: "Vossa Merce nam tem medo ao tempo, e porque he rico não quer molhar os pes". Respondeu Antônio Joaquim: "São Mercês de Deus". E o alfaiate João de Deus: "Esta feito e o tempo vira em que possa ser que eo ande de cadeira e Vossa Merce de pe".

Essas aspirações sociais impressionaram os poucos estudiosos do movimento de 1798. Um dêles, Afonso Ruy, chamou o movimento de "primeira revolução social brasileira"¹⁴. Sugeriu-lhe o título de "revolução proletária". Insistiu em caracterizá-lo como "socialista". Descobriu, na Bahia de fins do século XVIII, "massa proletária". Já o Sr. Gustavo Barroso, em livro grosseiro, "História Secreta do Brasil", procurou comprovar a feição socialista do movimento de 1798 e até lhe distinguiu origem judaico-maçon-socialista, três palavras que, unidas, não dizem nada... Para provar suas afirmativas, o Sr. Gustavo Barroso¹⁵ analisou uma bandeira que não existiu...

Em História é preciso não confundir épocas.

Nos fins do século XVIII não podia existir "massa operaria" na Bahia ou nas outras regiões que iriam formar o Brasil depois da Independência. "Por proletariado compreende-se a classe dos trabalhadores assala-

¹⁴ *A Primeira Revolução Social Brasileira*, AFONSO RUY, Comp. Edit. Nacional, 1942.

¹⁵ *História Secreta do Brasil*, GUSTAVO BARROSO, 2 vols., Comp. Edit. Nac., São Paulo, 1939.

riados modernos que, privados dos meios de produção, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poder existir”¹⁶. Assim, três são as características do proletário:

a) é um trabalhador que não possui meios de produção (oficinas, máquinas, etc.);

b) é um trabalhador livre de vender sua força de trabalho;

c) é um trabalhador que produz a mais-valia (por oposição ao capitalista, que dela se apropria)¹⁷.

O trabalhador no Brasil-colônia é o escravo. Não era livre, não era assalariado. Artesão, também, não é proletário — possui oficina, máquinas, ferramentas.

As aspirações sociais dos revolucionários de 1798 eram motivadas pelas relações existentes numa sociedade escravista. Aparecem tão vivamente, nos documentos de 1798, porque os revolucionários, homens das camadas mais profundas da sociedade colonial brasileira, artesãos, escravos, soldados, sentiam as barreiras erguidas pelos senhores da Colônia: os funcionários da Coroa lusa, os comerciantes portugueses, os latifundiários escravistas. Eles sentiam o preconceito de cor e as restrições injustas aos negros e pardos, mesmo aos livres, mesmo aos suboficiais das milícias ou das linhas. Todavia, a revolta contra as restrições sociais e de cor era dirigida especificamente contra o poder luso. Os

¹⁶ *Manifesto Comunista*, MARX e ENGELS, Editorial Vitória, Rio de Janeiro, 1954.

¹⁷ *Histoire du Mouvement Ouvrier Française*, JEAN BRUHAT. Éditions Sociales, Paris, 1952.

revolucionários não se erguiam — mesmo os escravos ou filhos de escravos — contra os latifundiários-escravistas, exploradores diretos do trabalho escravo, ou contra os comerciantes portugueses. Não os vendo como inimigos diretos, o que é explicável, dadas as condições de uma colônia portuguesa do século XVIII e à própria natureza do movimento — basicamente republicano e de libertação — responsabilizavam a condição colonial pelas injustiças e perseguições que sofriam.

Examine-se a cena relatada por José Félix.

Estava palestrando com Lucas Dantas e Santos Lira, os quais o instruíam sobre o movimento, quando apareceu Luiz Gonzaga das Virgens. E Luiz Gonzaga, que era soldado, disse: “Venho agoniado e capaz de morrer pela sujeição em que vivo, aturando cabos de esquadra, e cadetinhos”. Ao que retrucou Lucas Dantas: “Deixa, bom amigo, que isto breve hade acabar”. O mesmo Luiz Gonzaga fôra preterido numa promoção, o que o levou a oficialiar ao Govêrno: “o suplicante he um individuo de classe dos referidos desgraçados, tem a magoa, a magoa inconsolavel, de ver subir aos postos aquelles que nada mais teem, que a unica cor branca”.

José Félix também o disse: “Por sermos pardos não somos admitidos a acesso algum”.

As aspirações sociais dos revolucionários se referem à igualdade de direitos para todos. São aspirações contra o preconceito de cor (“sem distinção de cores”) e os privilégios (deviam valer os que tinham *capacidade, juízo*). É como escreve BRAZ DO AMARAL: “Esperavam

também estabelecer um governo igualitário, em que todos os homens subissem aos postos, de acôrdo com os seus merecimentos, o que até aí não se dava na Colônia, pois aos homens de côr era vedada a promoção aos postos mais altos das milícias, da magistratura e da governança¹⁸.

À cena descrita no depoimento de Antônio Joaquim de Oliveira não se deve emprestar significado que não teve. A conclusão do Sr. Pedro Calmon, geral para as intenções dos revolucionários, "Acabaria a pobreza; inverter-se-iam os papéis..."¹⁹, não é de molde a esclarecer — é a repetição de um juízo primário, o de que os pobres lutam para tomar o lugar dos ricos e colocá-los onde se encontravam...

Na própria conclusão do processo, em 18 de setembro de 1798, os inquisidores escreviam sobre a ação dos revolucionários, dizendo que faziam propaganda contra o jugo e o pêso das leis monárquicas, ao tempo em que salientavam:

"... as imaginosas vantagens d'huma Republica Democratica, onde todos seram iguais, onde os acessos e logares representativos seriam communs, sem diferença de cor, nem de condição".

Pelos documentos que ficaram, não podemos colocar as idéias sociais acima das idéias de independência e república, ou como as centrais do movimento de 1798.

¹⁸ *Fatos da Vida do Brasil*, BRAZ DO AMARAL, Tipografia Naval, Bahia, 1941.

¹⁹ *História do Brasil*, PEDRO CALMON, Vol. III, Comp. Edt. Nac., São Paulo, 1947.

como o fez AFONSO RUY²⁰. No texto dos boletins, nas declarações dos revolucionários, nas recordações das testemunhas da acusação, o que podemos perceber é que esperavam da República a igualdade de direitos, conforme a doutrina liberal burguesa, que era a corrente na época. Os revolucionários não podiam ter a concepção socialista — que concebe a igualdade como a abolição das classes sociais — porque esta ainda não se formara em 1798... No máximo, existiriam então as utopias de MORUS e CAMPANELLA, o comunismo cristão, ou o *igualitarismo* de BABEUF. Todavia, mesmo estas, que não definiram a concepção de igualdade dos socialistas, não eram conhecidas na Bahia do século XVIII.

Em nenhuma hipótese poderemos caracterizar de "socialista" o movimento revolucionário de 1798. No entanto, o ideal democrático de igualdade de direitos faz ressaltar este heróico movimento de libertação e o coloca numa posição destacada entre os demais da árdua e milenária luta do nosso povo pela liberdade. Com este ideal, os revolucionários de 1798 foram os mais progressistas, os mais avançados, do seu tempo.

Do mesmo modo que as idéias de igualdade, causam sensação as opiniões dos revolucionários sobre a religião e os padres.

Os carrascos de D. Maria I, refletindo o clericalismo inquisitorial do Estado absolutista português, sa-

²⁰ AFONSO RUY, *livro citado*.

lientaram, com particular cuidado, o aspecto religioso do movimento de 1798. Acusaram os revolucionários de rebelião contra a Santa Madre Igreja. Ainda era a Inquisição...

Muitos dêes, para não concluirmos todos, eram religiosos. Tinham imagens nas suas miseráveis habitações, adoravam santos e santas. Assim, no sequestro dos bens de Lucas Dantas, há um painel de Nossa Senhora do Carmo; no de João de Deus, uma estampa de Nossa Senhora da Piedade. Ficaram, no entanto, como provas de "ateísmo" uma atitude do Tenente Hermógenes Pantoja, dispensando padre no seu casamento, e uma declaração de Lucas Dantas a Caetano Veloso Barreto: "Isto de religião é peta, devemos ser humanos, iguais, livres de submissam". Acresce, ainda, um banquete de carne em sexta-feira santa, do qual participou o presbítero Agostinho Gomes.

Os revolucionários de 1798 eram discípulos dos teóricos franceses; liam aquêles autores que substituíram a adoração de Deus pela da razão. Mas, o que se percebe nos seus avisos não é pròpriamente agnosticismo ou sentimento anti-religioso ou anticatólico. Os seus boletins diziam:

"... que seja punido com pena de morte natural para sempre todo aquelle e qualquer padre que no pulpito, confessionario, exortação por qualquer modo, forma, maneira, etc., persuadir aos ignorantes e fanáticos o contrario da Liberdade".

Os revolucionários constatavam que grande parte do clero servia à causa da colonização e à Monarquia. Eram contrários à liberdade; eram partidários do absolutismo monárquico — em Portugal o absolutismo do Estado confundia-se com a Igreja.

Os documentos mostram que os revolucionários não eram pròpriamente contra a Igreja: eram por uma Igreja desligada do Vaticano, separada do Estado, uma Igreja que não se envolvesse com as questões políticas. Mas, se havia um clero absolutista, havia outro simpático às idéias liberais-democráticas. Assim, alguns chegaram a participar do movimento de 1798. Destacaram-se os carmelitas, que aparecem, nas declarações do processo, como tradutores de livros franceses. Estavam envolvidos nas conspirações dos *Cavaleiros da Luz*, queriam escolher o Chefe da Igreja, que surgiria separada do Vaticano. Silva Lisboa, na discutida carta a Cipriano Barata, chega a pedir: "Tenha cuidado com Frei José e Frei Francisco na disputa que mantem quanto ao querer cada qual ser chefe da Igreja".

Ao lado de suas grandes idéias, os revolucionários de 1798 formulavam reivindicações menores, das quais as mais destacadas se referem aos soldados.

Quase todos os boletins dizem:

"Notese: Que o soldado tera 200 rs. de soldo cada dia".

No seu depoimento, o artesão Manoel Joaquim da Silva, pardo fôrro, declarou que ouvira João de Deus dizer: "que era insolencia um soldado perceber 50 reis

por dia". Afinal, o número de soldados que participam do movimento, que ouvem os revolucionários, ou se preparam para pegar em armas (a reunião do Dique), mostra a oportunidade das reivindicações apresentadas nos boletins. Os soldados nativos, de linha ou das milícias, brancos, pardos e negros, incorporados ao exército colonial luso, jamais se prestaram a instrumentos do domínio português. Espezinhados, com direitos negados ou repelidos, não formavam causa comum com seus superiores. É assim que participam dos movimentos revolucionários pela libertação e, sobretudo, dos acontecimentos da revolução pela Independência, de 1821 a 1823 (2 de julho).

A documentação esclarece, ainda, que os revolucionários pensavam tornar suas idéias vitoriosas através de um levante armado.

Lucas Dantas, quando conversava sobre o melhor meio de libertar Luiz Gonzaga, prêso como autor dos "boletins sediciosos", opinou:

"O que devemos fazer he atacarmos as guardas, esperarmos o Governador, e então fazelo assinar os papeis precizos, e nam querendo aborrecendo a vida, tiraselhe".

De outra feita, respondendo a uma pergunta de João de Deus, disse que revolução "he fazer uma guerra civil..." Também na palestra que manteve com José Félix, reproduzida por êste no seu depoimento, disse que preparavam "hum levantamento", o que aconteceria no dia em que o Regimento pago de Artilharia estivesse de guarda.

João de Deus, ao convidar o Capitão Joaquim José de Santa Anna para a reunião do Dique, desenrolou um plano: "Que a Guarda do Palacio e Pessoa do dito Ilustrissimo e Excelentissimo Senhor (D. Fernando Jose), primeiro que tudo na ocazio da sublevação havia de ser atacada e por disfarce preze o mesmo Excelentissimo Senhor, o qual entam assinaria todas as ordens precizas para o mais..."

Já em 1794, segundo declarara José Raimundo Barata de Almeida a Santos Lira, os *Cavaleiros* — que ainda não tinham êste nome — haviam pensado num levante, que devia partir de um jantar na Barra, "destinado a publicar nesta Cidade a liberdade".

A rapidez da repressão não permitiu a eclosão do movimento e o triunfo das grandiosas idéias dos revolucionários — idéias que, se vitoriosas, teriam dado ao Brasil o século de progresso que perdeu com o Império feudal-escravista.

II

ALGUMAS FONTES TEÓRICAS

As idéias dos revolucionários de 1798, como se conclui após a exposição delas, foram as mais progressistas de sua época. Eram as idéias que a burguesia formara em sua luta contra o feudalismo.

Quais as fontes teóricas dos revolucionários? Onde aprenderam as idéias que divulgavam? Em que livros? De que autores?

As fontes teóricas não foram totalmente descobertas.

Não se pode acreditar que os conhecimentos dos revolucionários estivessem limitados aos poucos livros que o processo revelou. Os antecedentes culturais da Bahia, com suas Academias — dos Esquecidos e dos Renascidos²¹ — o contrabando de livros proibidos, o intercâmbio de idéias e os comentários políticos, co-

²¹ *História da Literatura Bahiana*, PEDRO CALMON, Prefeitura Municipal do Salvador, Bahia, 1949.

muns na época, entre jovens formados na Europa²², inclusive na França, a passagem do francês M. Larcher²³ pela Bahia, pouco antes da organização dos *Cavaleiros da Luz*, e a própria formulação dos documentos de 1798, indicam utilização de fontes teóricas mais amplas e mais ligadas aos acontecimentos da Grande Revolução. Torna-se, aliás, ainda mais evidente a pobreza bibliográfica dos patriotas de 1798 quando se recorda movimentos anteriores. No de Minas, só com o revolucionário Luís Vieira da Silva encontraram a Enciclopédia, livros de Montesquieu, Condillac e Mably; no de 1794 (Rio de Janeiro), a devassa revelou livros de Mably e Raynal.

Explica-se, entretanto.

As devassas e os interrogatórios do Desembargador Francisco Sabino Álvares da Costa Pinto tiveram mais um sentido de terror para os escravos, artesãos e soldados do que, propriamente, objetivo de elucidação, mesmo com toda a bárbara meticulosidade do processo. Antes de tudo, visavam tranquilizar a Coroa lusitana, já alarmada com as repetidas denúncias sobre a difusão dos "abomináveis princípios franceses", no dizer de Rodrigo de Sousa Coutinho, demonstrando que o movimento não passara das "camadas baixas". Queriam ainda desautorizar, com a severidade das condenações, o juízo que a Coroa formulava sobre D. Fernando José de Portugal, suspeito de "simpatias" ou, pelo menos,

²² *Anais da Biblioteca Nacional*, Vol. LXII. Relação de estudantes brasileiros na Universidade de Coimbra.

²³ AFONSO RUY, *livro citado*. Ver *A Bala de Prata*, PEDRO CALMON, Livraria José Olímpio Editôra, Rio de Janeiro.

de tolerância exagerada. Por isso, as devassas e as prisões recaíram sobre quatro dezenas de pessoas, patriotas das *classes baixas*, artesãos, soldados, escravos, negros e pardos forros. Desta forma, procuravam esclarecer que as *pessoas destacadas* da Colônia não seguiam os "abomináveis princípios franceses".

Por causa da cumplicidade de D. Fernando com os *Cavaleiros da Luz*, ou por causa da compra do silêncio²⁴, o fato é que os mais ilustrados, os senhores de engenho e a intelectualidade que se formara em Coimbra, a maioria, enfim, dos antigos fundadores da organização secreta *Cavaleiros da Luz*, deixaram de comparecer perante os juizes da Rainha D. Maria I. E eles é que estavam em condições de possuir livros dos ideólogos da burguesia, livros que não apareceram, como era de se esperar, nas devassas e seqüestros. Ao que parece, um dos *cavaleiros* foi José da Silva Lisboa, então um sábio reconhecido, íntimo do Governador D. Fernando José de Portugal, mestre de Filosofia Racional e de Grego, autor discutido de um "Direito Mercantil" cujos dois primeiros tomos, *Do Seguro Marítimo*, começaram a se publicar em Lisboa meses antes dos boletins de 12 de agosto. José da Silva Lisboa filiava-se às idéias de "livre cambio" de Adam Smith; foi partidário da abertura dos portos do Brasil ao comércio. Outro, o rico

²⁴ *A Sabinada*, LUIZ VIANNA FILHO, Livraria José Olímpio Editôra, Rio, 1938, diz: "É tradição na família Bulcão, e isso nos revelou o Des. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão, que Ignacio de Siqueira Bulcão dispendeu na época cerca de 200 contos com o movimento, conseguindo livrar-se por ser genro do Secretário Perpétuo do Governo, José Pires de Carvalho e Albuquerque".

boticário João Ladislau de Figueiredo e Melo, era conhecido pelas leituras francesas; em sua residência, na Barra, reuniram-se os *Cavaleiros da Luz*. Quando a repressão se iniciou, escapuliu para Portugal. Ainda outro, o presbítero Francisco Agostinho Gomes, que respondeu a processo porque “comera carne” em sexta-feira, tinha *idéias francesas* e uma biblioteca famosa. Êsses, como outros, não foram molestados.

Aos demais, aos homens destemidos que fizeram a pregação das idéias de Independência, República e igualdade de direitos, que espalharam os “boletins sediciosos” e que se encaminharam para o Dique de armas nas mãos, a êstes, pela própria razão de suas origens e pela condição de suas vidas, não era dado possuir livros de Rousseau ou volumes da Enciclopédia. Mas, como pesou sobre êles a brutal repressão portuguesa, explica-se a pobreza da bibliografia encontrada — bibliografia que se reduz quase ao livro do CONDE DE VOLNEY, “As Ruínas”, e a um discurso do moderado Conde Boissy d’Anglas.

As exceções foram dadas pelos três mais ilustrados dentre os quase 50 presos.

Em casa do cirurgião (o jornalista surgiria depois) Cipriano José Barata de Almeida, o ardente revolucionário das três primeiras décadas do século XIX, encontraram uma biblioteca de assuntos vários, biblioteca de um espírito inquieto e indagador, onde se alternavam livros de Ciência (Física, Química, Medicina) e de Política. Os títulos mais interessantes, para o nosso estudo, são: “História das Revoluções Acontecidas no Govêrno

da República Romana”; “Recreação Filosófica” (7 tomos); “Tragédie Burgeoise”; “Fragment de l’Histoire Romaine”; “Histoire de Thaulles de l’Amerique Anglaise” e “Oeuvres de M. L’Abbé de Condillac”.

Com o Tenente Hermógenes de Aguillar Pantoja, apontado, nas declarações iniciais de Lucas Dantas, como “chefe militar” do movimento, apreenderam: “Dictionnaire Philosophique” (VOLTAIRE); “Histoire” Générale des Voyages”; “Oeuvres de M. Thomas” e “Lettres d’une Perouviènne”.

No seqüestro dos bens do poeta e Professor Francisco Moniz Barreto d’Aragão, além de “As Ruínas”, de VOLNEY, numa tradução copiada em cinco cadernos, com sua letra, “A Nova Heloísa”, de JEAN JACQUES ROUSSEAU, com dois tomos de versos do luminoso pensador francês.

Sobressaem, nessa relação, os títulos franceses. Mas faltam os grandes autores da ideologia burguesa da Grande Revolução, livros que deviam se encontrar nas bibliotecas baianas do tempo.

ROUSSEAU — para indicarmos um — não poderia ser conhecido apenas pela “A Nova Heloísa”, que aparece, aliás, no processo, erradamente, figurando como dois livros: “Júlia” e “A Nova Heloísa”, quando o título exato, e completo, da conhecida novela do romantismo francês, é: “Julie ou La Nouvelle Héloïse ou Lettres de deux Amants Habitants d’une Petite Ville ou Pied des Alpes, recueillies et publiés par J. J. ROUSSEAU”).

Tal foi a influência de Rousseau na formação do pensamento dos mais ilustres e destacados líderes da luta de libertação do povo americano, tal foi a difusão das suas idéias na América Latina, que se sente a falta de outros livros seus. Pelo caminho dos Vice-Reinados da Espanha, pelo contrabando de livros, na bagagem de frades e estudantes, e considerando-se, ainda, o período pombalino, a divulgação de Rousseau e das suas idéias não deveria estar reduzida a “Júlia ou A Nova Heloísa”, que é novela de 1761, quando, antes, Rousseau já publicara o “Discurso sôbre a origem da Desigualdade”.

Rousseau foi o ideólogo da pequena burguesia radical. A sua novela, “Júlia ou A Nova Heloísa”²⁵, expõe idéias que feriam a ideologia feudal-absolutista em questões educacionais e em outros assuntos. Foi traduzida pelos carmelitas e copiadas entre os *Cavaleiros da Luz*.

Em “Júlia ou A Nova Heloísa”, novela em estilo epistolar, dois amantes, Julie d’Etanges e seu preceptor, Saint-Preux, se escrevem depois de forçada separação. As cartas discutem: A moralidade no teatro (carta 17, parte II); o suicídio (carta 22, parte III); o duelo (carta 57, parte I); a educação das crianças (carta 3, parte V); o ateísmo (carta 5, parte V), etc.

Assim, sem o conhecimento completo da bibliografia dos revolucionários de 1798, ficamos em duas únicas fontes teóricas: o livro de VOLNEY, “As Ruínas”, e o

²⁵ *Julie ou la Nouvelle Heloise*, J.J. ROUSSEAU, Frères Garnier, Paris, 1871.

discurso de Boissy d’Anglas. Quanto à relação dos livros de Cipriano Barata e do Tenente Hermógenes não podemos examiná-los como fontes teóricas do movimento, porque estavam, como se conclui da leitura dos documentos, restritos a êles; não tiveram a larga divulgação de “As Ruínas” e do discurso de Boissy d’Anglas.

Constantin-François de Chassebouef, Conde de Volney, não foi dos mais representativos homens da Revolução Francesa. Não esteve no plano de um Danton, para não lembrarmos os maiores: Marat e Robespierre. Estudioso de lingüística e viajante apaixonado, já publicara “Voyage en Egypte et Syrie” (1787) e “Considerations sur la Guerre des Turcs et des Russes” (1788), quando compareceu aos Estados Gerais. Em 1790 foi secretário da Assembléia. Suspeito de realismo, foi encarcerado pelo Terror. Em 1794 passou para o Conselho de Instrução Pública, inaugurando a Cadeira de História e de Crítica da História na Escola Normal. Amigo pessoal de Napoleão Bonaparte, com o 18 Brumário recebeu convite para o Senado, mas não aceitou. Anos depois, após uma viagem aos Estados Unidos, onde o acusaram de ser “espião francês” (1798), e com a derrocada do império napoleônico, sem dificuldades aceitou o título de Par de França, que lhe foi ofertado pelo Rei Luiz XVIII, o rei da restauração, o rei do Congresso de Viena. Durante sua vida, Volney adotou as posições de um liberal da direita, representante da aristocracia aburguesada — inimigo do absolutismo para escrever “Histoire de Samuel, Inventeur du Sacre des

Rois” ao tempo em que Luiz XVIII se coroava, mas não ao ponto de recusar o título de Par do mesmo Luiz ou de se esquivar da colaboração com o Bourbon restaurado.

O seu livro mais famoso, “Les Ruines ou Méditations sur les Révolutions des Empires”²⁶, aparece erradamente no processo, funcionando como dois livros: “Ruínas” e “Revolução do Tempo Passado”. Foi livro que encontrou muitos leitores entre os revolucionários de 1798.

O pardo livre, José de Freitas Sacoto, praticante de cirurgia, declarou aos inquisidores ter visto a tradução de “Les Ruines” nas mãos de Luís Pires, negro escravo que foi um dos mais ativos revolucionários de 1798.

O poeta Francisco Moniz Barreto possuía a tradução da primeira parte do livro. Declarou que recebera o original do Dr. Antônio Alves de Figueiredo (já falecido na ocasião do processo) e que o traduzira. Outra tradução foi encontrada pelos algôzes na casa de Domingos da Silva Lisboa, o primeiro a ser acusado como autor dos “boletins sediciosos”.

“As Ruínas” é livro de 1791; está impregnado de metafísica deísta. O autor fantasia o encontro com um ser misterioso, um fantasma que, às suas dúvidas e indagações, doutrina, explicando a ruína de velhos impérios pelo abandono da religião natural.

O outro documento que a devassa revelou foi o discurso pronunciado pelo Conde Boissy d’Anglas na Assembléia Francesa, em 30 de janeiro de 1795.

²⁶ *Les Ruines*, VOLNEY, Lib. Parmentier, Paris, 1826.

François-Antoine, Conde de Boissy d’Anglas, participou ativamente dos acontecimentos da Grande Revolução²⁷. Enviado aos Estados Gerais, colocou-se entre os constitucionalistas moderados. Na Convenção, deputado de Ardèche, votou contra o justicamento do Rei Luiz XVI. Sempre foi adversário dos jacobinos. Depois do Termidor, passou a chefe da reação. Em 1795 chegou à presidência da Convenção. Com o 18 Brumário, foi nomeado, sucessivamente, membro do Tribunal, conde do Império de Napoleão e senador. Quando Bonaparte caiu, e o Congresso de Viena restaurou os Bourbons, Boissy integrou a Câmara dos Pares. Em 1816, Luiz XVIII lhe deu o título de acadêmico das Belas Artes.

O discurso²⁸ foi pronunciado quando era presidente da Convenção. É dedicado à política externa.

Inicia-se com uma apologia à resistência oferecida pela República Francesa à coalizão feudal. Em seguida, examina a nova tática dos feudais: “elles não podem conquistar os Franceses; elles procuram calunialos”. A propósito, revela que as calúnias e os ataques dos feudaes-absolutistas eram causadas pelo pavor que sentiam com a admiração dos povos pela França republicana e revolucionária. “Tôdas as nações do mundo admiram o nosso valor”, declarava Boissy d’Anglas. Por isso, prossegue, a França não devia temer a fúria dos “coa-

²⁷ *La Révolution Française*, GEORGES LEFEBVRE, págs. 424, 437, 438, 443, 444, 452 e 453.

²⁸ BORGES DE BARROS, em *Os Confederados do Partido da Liberdade*, publica o discurso de Boissy. Dêle nos servimos.

lizados”, mas basear sua política externa na solidariedade dos povos, respeitando “essas opiniões dos outros Estados, quaisquer que possam ser os seus governos”. Achava indispensável uma declaração de garantia para os Estados feudais-absolutistas (Áustria, Prússia, etc.), afirmando as intenções pacíficas do povo francês. Assim, o discurso é, ao mesmo tempo, um apêlo à maior solidariedade dos povos que amavam a França como uma segunda Pátria, a Pátria da revolução, e um pedido de tréguas aos governos feudais-absolutistas. Daí a afirmativa de que a França não faria intervenção contra êsses Estados para “fazelos adoptar as nossas Leis”.

Traçando uma política externa moderada e cautelosa, Boissy d’Anglas dirigia acusações contra a Rússia czarista e contra a Inglaterra, as quais apresentava como os maiores inimigos da França. De fato, eram. A Rússia czarista, por ser o mais poderoso Estado feudal-absolutista, e a Inglaterra, por ser rival e concorrente do capitalismo francês, capitalismo que abrisse as asas com a Grande Revolução.

Os inquisidores de D. Maria I encontraram cópias dêste discurso nas mãos de quase todos os revolucionários de 1798. Nas referências que fizeram a êle, no curso do processo, tacharam-no de “antipolíticas declarações”, catalogando-o como livro que continha “doutrinas perigosas contra a Religião e o Estado”. A propósito de religião, o discurso tem uma única frase, a qual acusa a Inglaterra de tomar armas “para defender as superstições de Roma”. Não é propriamente contra a religião, é contra a Inglaterra, e aliás em termos estranhos, porquanto a Inglaterra era anglicana e não se

apresentava como “defensora” do Vaticano. Quanto aos Estados feudais-absolutistas, não havia incitamentos contra êles mas um convite para a união contra a Rússia czarista, em apêlo direto aos dinamarqueses, suecos, alemães e prussianos.

Nada existia de “jacobino” no discurso de Boissy d’Anglas. É provável que o Desembargador Costa Pinto e seus auxiliares, muito embora o classificassem de “jacobino”, não tenham lido o discurso de Boissy d’Anglas e nem a parte traduzida no livro de Volney...

Entretanto, o discurso cumpriu uma finalidade.

Os *Cavaleiros da Luz* levaram em conta a situação internacional. A respeito, entre outras indicações, ficou uma carta de Silva Lisboa — que talvez não seja o mesmo Visconde do Cairu — a Cipriano Barata, na qual, em certo trecho, escreve: “Ja deve estar na barra hua esquadra franceza que vem ao nosso auxilio”²⁹. Também a Manuel Faustino dos Santos Lira, Cipriano Barata opinou: “O melhor é esperar os francezes” achando que a massa da Colônia não podia se responsabilizar, só e somente ela, pela luta contra Portugal.

Em um dos boletins, encontramos:

“A França esta cada vez mais exaltada, a Alemanha já lhe dobrou o joelho, Castela so espera a sua aliança, Roma já vive anexa, o Pontifice ja esta abandonado, e desterrado; o rei da Prussia esta preso pelo seu proprio povo: as naçoens do mundo todas teem seus olhos fixos

²⁹ AFONSO RUY, *livro cit.*, pág. 70.

na França, a Liberdade he agradável para todos...”

A divulgação do discurso de Boissy d'Anglas foi para dar confiança aos revolucionários, foi para lhes mostrar que, na Europa, a França da República e da igualdade de direitos, a França onde governavam “os mais capazes” — a França falava com autoridade e também derrotava os reis na guerra.

Todavia, o livro de VOLNEY, “A Nova Heloísa”, de Rousseau, o discurso de Boissy e uma proclamação apreendida na casa de Luís Gonzaga das Virgens, para não falarmos nos livros seqüestrados entre os bens de Cipriano Barata e do Tenente Hermógenes (com este estava o “Dictionaire Philosophique” de VOLTAIRE) limitados a êles, — os dois mais vulgarizados, “As Ruínas”, e o discurso de Boissy d'Anglas não explicam, suficientemente, as idéias dos revolucionários, idéias que vinham da França e das experiências de 1789.

Quando o poeta e Professor Moniz Barreto cantava:

“Igualdade e Liberdade
No sacrário da razam
Ao lado da san justiça
Preenchem meu coraçam”,

não se revelava apenas discípulo de Volney ou de Rousseau.

Quando os autos do processo descobrem que os revolucionários liam livros proibidos e discutiam doutrinas políticas em casa do negro Luís Pires ou do artesão

e soldado Lucas Dantas, os livros não eram — não podiam ser — sòmente o de Volney e o discurso de Boissy.

A base teórica foi mais extensa. Mas não modifica o quadro geral, a descoberta, com detalhes minuciosos e comparativos, do que é de Rousseau ou de Volney nas idéias dos revolucionários de 1798. O importante é ressaltarmos que essas idéias foram inspiradas pelo capitalismo em ascensão — eram as idéias forjadas pela burguesia na sua luta pelo poder, e contra o feudalismo, com algumas características próprias de um povo em situação colonial.

III

A DIVULGAÇÃO DAS IDÉIAS

As idéias dos revolucionários foram divulgadas através da conspiração, de conversas, de boletins manuscritos e de ações práticas.

Como ação revolucionária, ação que mostra a audácia dos que a praticaram, está o incêndio da fôrca, logo no início de 1798.

A fôrca era o símbolo odioso do domínio luso, era o símbolo do terror colonial. Com destemor, os revolucionários a incendiaram e destruíram²⁰.

Certa feita, logo após o desaparecimento de um Edital da Câmara, apareceu um aviso na porta do Açougue da Praia (Conceição). Dizia: “Nos Bahienses, *Republicanos para o futuro*, queremos, e mandamos, que a inutil Camara desta Cidade mande por a carne a seis tostoens”.

“Havia em tudo e em todos o descontentamento, a revolta. No sábado da aleluia, de 1797, arrancou, o povo, das mãos dos escravos do General Comandante,

²⁰ AFONSO RUY, *livro cit.*, pág. 54.

a carne que lhe era destinada, provendo-se e distribuindo-a com as negras vendedeiras de carne moqueada³¹.

Em 1796, dois rapazes, vindos de Lisboa, onde estavam desterrados, foram recebidos com vivas à Liberdade³².

Em junho de 1798, amotinaram-se os garimpeiros dos Rios das Contas e Jacobina, chefiados pelo Padre Felipe Pinto³³.

As ações divulgavam as poderosas idéias dos revolucionários.

Mas foi com palestras e reuniões conspirativas que fizeram as ligações iniciais, prepararam adeptos e arquitetaram o levante armado. A princípio foram as conversas dos *Cavaleiros da Luz*, iniciadas, organizada-mente, em círculo secreto, depois da passagem do francês M. Larcher pela Bahia, em 1796. Do grupo participaram o Tenente Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja, o farmacêutico João Ladislau de Figueiredo e Mello, o presbítero Francisco Agostinho Gomes, parece que o economista e Professor José da Silva Lisboa, o Senhor de Engenho Ignacio Siqueira Bulcão, o cirurgião Cipriano José Barata de Almeida e o professor e poeta Francisco Moniz Barreto, devendo ser maior o número de *Cavaleiros*, segundo tudo indica.

31 32 e 33 AFONSO RUY, *livro cit.*, págs. 54, 73 e 75.

Eram conspiradores. Conversavam, trocavam livros, organizavam banquetes “pela Liberdade”, comentavam as guerras da França revolucionária e se reconheciam por um búzio, espécie de distintivo ou senha. Eles conceberam as idéias. Em seguida, transmitiram aos soldados, artesãos, negros e pardos forros.

A propósito, Santos Lira recordou, em suas declarações, uma visita que fez, em companhia de Fortunato da Veiga, ao poeta Moniz Barreto, o qual perguntou “se acaso gostavam do sistema dos francezes, e do levantamento que fizeram, reduzindo toda a França a hum governo republicano”.

De outra feita, Moniz Barreto falou-lhes de uma rica e enorme pedra — a Liberdade — que precisava de muitos braços para ser arrancada da terra. Era uma parábola em que figurava a necessidade de união e de muitos revolucionários para a conquista da independência, da república e da igualdade de direito.

De Moniz Barreto era um poema espalhado entre os revolucionários, num verdadeiro catecismo das suas idéias, e que muitos conheciam de cor. O poema ensinava:

“Igualdade e Liberdade
No sacrario da razam,
Ao lado da san justiça
Preenchem meu coraçam.
Se a causa matriz dos entes
Tem as mesmas sensaçoens
Mesmos orgaos e precisoens

Dados a todos os viventes
Se a qualquer suficientes
Meios de necessidade
Remir deo com equidade
Logo sam imperessiveis
E de Deus leis infaliveis
Igualdade e Liberdade.

Se este dogma for seguido
E de todos respeitado
Fara bem aventurado
Ao povo rude e polido.
E assim que florescido
Tem da America a Naçam
Assim flutue o pendam
Dos Francezes que a imitaram
Depois que affeitos entraram
No sacrario da razam

Estes povos venturosos
Levantando os braços soltos
Desfeitos em mil pedaços
Feros grilhoens vergonhosos,
Juraram viver ditosos,
Isentos de vil cobiça,
Respeitando os seos direitos
Alegres e satisfeitos
Ao lado da san justiça.

Quando os olhos dos Bahianos
Estes quadros divisarem
E longe de si lançarem

Mil despoticos tyranos
Quam felizes e soberanos
Nas suas terras serem!
Experimentaram estas venturas
So ellas, bem que futuras,
Preenchem meo coraçam”.

O poema de Moniz Barreto, espalhado entre os artesãos, soldados e libertos, facilitava a divulgação das idéias.

As relações de Moniz Barreto com Santos Lira, um jovem pardo fôrro, vinham da casa de D. Maria Francisca da Conceição Aragão, amada do poeta e madrinha de Santos Lira, e que era cunhada do Secretário do Governo, José Pires de Carvalho e Albuquerque.

Ao tempo em que Moniz Barreto e Cipriano Barata espalhavam as idéias através de Santos Lira e Lucas Dantas, o Tenente Hermógenes conspirava nos quartéis.

Na fase final do movimento, destacaram-se Lucas Dantas, Luís Pires e Santos Lira. Já no mês de agosto: João de Deus e Luís Gonzaga das Virgens.

Eram cautelosos. Experimentavam, como se deduz do aliciamento de João de Deus³⁴. Os revolucionários conheciam o terreno em que trabalhavam. Sabiam dos perigos. Mas tinham orgulho das suas idéias e falavam delas com todos que pareciam ter “cara de Francez”.

Também não se limitaram à Capital.

³⁴ Ver *Anais da Biblioteca Nacional*, n. 45, pág. 118.

Salvador Pereira Sodré, pardo livre, caixeiro do Engenho Rosário, propriedade de José Pires de Carvalho e Albuquerque, declarou que Lucas Dantas estivera em alguns engenhos do termo da Vila de Santo Amaro “havera cinco ou seis mezes” (mais ou menos em maio de 1798). Lucas desembarcou no próprio Engenho Rosário, que era pôrto de mar, e estêve pela redondeza. A mesma testemunha, Salvador Pereira, encomendou a êle uma arca e um “pao torneado”, espécie de bengala, por 480 réis.

A ordem de devassas que seguiu para Cachoeira, denota, igualmente, a extensão do movimento. Não fazemos referências ao trabalho conspirativo mas sutil e cauteloso dos *Cavaleiros*. No entanto, o desembarque de Lucas Dantas em terras de José Pires de Carvalho, que era rico senhor de engenho e Secretário Perpétuo do Governo, não poderia ser desconhecida e nem realizadas as suas atividades, no termo da Vila de Santo Amaro, sem a complacência do senhor do Rosário e de outros.

A divulgação das idéias foi coroada com os boletins de 12 de agosto.

Alguns estudiosos do movimento de 1798 consideram os boletins como precipitados, responsabilizando-os pela repressão que logo se abateu sobre os revolucionários. O Sr. CARLOS RIZZINI³⁵ chega a classificá-los como “mais petulantes do que sediciosos”... “os mais

³⁵ O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, CARLOS RIZZINI.

absurdos e trágicos de nossa história”³⁶. Evidentemente, não.

Na época não existia imprensa no Brasil. A porta da Colônia estava fechada para Guttemberg; Portugal, absolutista e clerical, proibia a menor publicação, a existência de um simples prelo. Por isso, a publicidade revolucionária se fez com boletins manuscritos — precursores, assim, da imprensa democrática do Brasil, cuja tradição vem dos boletins e prossegue no “Typhis Pernambucano” de Frei Caneca, nas “Sentinelas” de Cipriano Barata, na “Sentinela” dos cabanos, no “Republico” de Borges da Fonseca e no “Diario Novo” dos praieiros. Os boletins de 1798 são patronos da imprensa democrática brasileira. Afonso Ruy compara-os aos “boletins que os comunistas distribuem entre os proletários e classes menos favorecidas”³⁷. Não é tanto assim...

Luís Gonzaga das Virgens, a quem os inquisidores atribuíram a feitura dos boletins, expressou-se sobre êles: “hum excelente meio de conseguir o levantamento”, pois elevava o ânimo do povo “e hiam pouco a pouco acostumando a idéias de liberdade, e independencia”.

Os boletins foram a proclamação audaciosa das idéias dos revolucionários.

O movimento estava preparado, como se conclui dos depoimentos, para a última semana de agosto.

³⁶ O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, pág. 245.

³⁷ AFONSO RUY, livro cit., pág. 85.

Luís Pires, Lucas Dantas, Santos Lira, João de Deus e Luís Gonzaga, estavam convencidos da adesão de muitas pessoas, algumas de destaque. Os boletins eram, assim, o comêço do movimento; deviam fazer o povo se acostumar com as "ideias de Liberdade, e independência". É verdade que, depois das prisões, os "anônimos republicanos" não se revelaram. É um problema que nos escapa. Entretanto, a atitude de Lucas Dantas, inocentando, em seguida a uma acusação, ao Tenente Hermógenes, mostra, neste exemplo de revolucionário, confiança no movimento e nos companheiros soltos.

Descobertos os boletins do dia 12, que foram em número de dez, alguns subscritados, D. Fernando José ordenou a procura do responsável ou responsáveis. O primeiro suspeito foi Domingos da Silva Lisboa, em cuja residência encontraram o discurso de Boissy d'Anglas, o poema de Moniz Barreto e quatro cadernos com fragmentos da obra de VOLNEY, "As Ruínas". Domingos da Silva Lisboa sofria torturas quando, no dia 22 de agosto, duas cartas foram achadas no convento dos Carmelitas Descalços. Uma delas era dirigida ao Governador, D. Fernando José de Portugal, e marcava data e hora para o levante: dia 28 de agosto às 2 horas da madrugada — "se dara principio do dia 28 do presente pelas duas horas da manhan".

O Prior do Carmo, escolhido "chefe da Igreja Bahiense", entregou as cartas a D. Fernando. Apresaram-se as investigações, que deram em Luís Gonzaga das Virgens, e que não tiveram variante "para cima"

com as exceções de Cipriano Barata, do seu irmão, Raimundo, do Tenente Hermógenes, e do poeta Moniz, que sofreriam prisão, mas que teriam condenações de poucos meses. Ainda depois da prisão de Luís Gonzaga, Lucas Dantas, João de Deus, Santos Lira, Luís Pires, o Tenente Hermógenes e seu irmão, Pedro, tentaram modificar o plano. Marcaram uma reunião para o Dique, na noite de 24.

Começaram as ligações. João de Deus falou com o Capitão do Regimento Auxiliar dos homens pretos, Joaquim José de Santa Anna, de quem dissera Lucas: "falla francez e he bem instruido, entende do militar". Ao Capitão Santa Anna, João de Deus assegurou que o próprio Governador, D. Fernando José de Portugal, sabia de tudo e até se impacientava, pois estava sempre a indagar: "Que fazem estes malditos povos que já não se levantaram? Para quando se guardam?"

Lucas Dantas procurou José Joaquim de Siqueira, soldado granadeiro do 1.º Regimento pago.

João de Deus conversou com Joaquim José da Veiga, a quem disse "que elle tinha cara de Francez".

Os revolucionários escolhiam soldados, negros, mulatos, artesãos. Queriam aliados, perguntavam quantas pessoas podiam trazer. Ousavam, cobravam compromissos. Os três — Joaquim José de Santa Anna, José Joaquim de Siqueira e Joaquim José da Veiga — tinham alma mesquinha: traíram, delataram.

Ainda na reunião do Dique, os revolucionários estão firmes: Luís Pires quer atirar no Chefe de Polícia, Alexandre Teotônio de Sousa.

As gloriosas idéias dos revolucionários de 1798 exigiram audácia. Com audácia os revolucionários baianos as divulgaram.

IV

QUAIS OS REVOLUCIONÁRIOS DE 1798?

DEPOIS da prisão de Luís Gonzaga, com o malôgro da reunião do Dique, mais de quarenta pessoas foram arrastadas à presença do Desembargador Costa Pinto.

Na lista predominam os elementos populares, artesão; José do Sacramento, artesão (alfaiate); Cosme Lisboa, pardo; Luís Gonzaga das Virgens, soldado; Lucas Dantas, soldado; João de Deus, artesão (alfaiate); Santos Lira, artesão (alfaiate); Inácio da Silva Pimentel, soldado; Romão Pinheiro, soldado; José Felix da Costa, escravo; Luís da França Pires, escravo; Manoel José da Vera Cruz, escravo; Inácio Pires, escravo; João Pires, escravo; José Joaquim de Siqueira, soldado; Caetano Veloso Barreto, soldado; Nicolau de Andrade, artesão; José do Sacramento, artesão (alfaiate); Cosme Damião Pereira Basto, escravo; Luis Leal, escravo; Felipe Néri, escravo; Fortunato da Veiga São Paulo, artesão; José do Sacramento, artesão (alfaiate); Cosme Domingos Pedro Ribeiro, artesão; Gonçalo Gonçalves de Oliveira, artesão (alfaiate); João Fernandes de Vasconcelos, artesão (alfaiate); Manoel de Santa Anna, soldado; Luíza Francisca de Araújo, espôsa de João de

Deus; Manuel Pereira, artesão (cabeleireiro); Manuel do Nascimento, soldado; Lucrecia Maria Gercent, fôrra; Félix Martins dos Santos, soldado; Domingas Maria do Nascimento, fôrra; Ana Romana Lopes, fôrra; Salvador, escravo; Salvador Pereira Sodré, caixeiro de engenho; Manuel Pereira Severio, artesão (alfaiate); José Roberto de Sant'Ana, artesão (marceneiro); Manuel José dos Santos, soldado; José Francisco de Paula, artesão e Joaquim Machado Passanha, artesão (alfaiate).

Com *destaque social*, os presos foram: Cipriano José Barata de Almeida, bacharel em Filosofia, cirurgião; José Raimundo Barata de Almeida, negociante-mascate; José Gomes de Oliveira Borges, tenente do Regimento pago; Hermógenes Francisco de Aguillar Pantoja, tenente do Segundo Regimento; Francisco Barreto de Aragão, professor.

As condenações extremas recaíram sobre soldados e artesãos. Os quatro — Lucas Dantas, Santos Lira, João de Deus e Luís Gonzaga — foram condenados à morte na fôrca; após o assassinio dos mártires, a bárbara justiça portugêsa ainda ordenou a mutilação dos corpos. A cabeça de Lucas Dantas foi pregada num poste em frente ao Campo do Dique, a de João de Deus “defronte da casa que lhe servia de morada”, a dos Santos Lira “por não ter habitação certa, se pora defronte da casa do primeiro R. Lucas Dantas”, as mãos e a cabeça de Luís Gonzaga foram deixadas ao lado da fôrca “até que o tempo as consuma”. Outros — Inácio da Silva Pimentel, José do Sacramento, Manuel Santana, José Félix da Costa, Luís da França Pi-

res, Romão Pinheiro e José de Freitas Sacoto — foram condenados ao degrêdo na África. Dois escravos — Inácio Pires e Manuel Vera Cruz — receberam 500 açoites e foram vendidos.

Para os demais, as condenações se abrandaram. José Gomes e Hermógenes de Aguillar deveriam cumprir seis meses de prisão; o Professor Moniz Barreto, um ano, e José Raimundo Barata deveria passar três anos na Ilha de Fernando de Noronha. Cipriano Barata foi considerado inocente “atendendo a nimia debilidade da prova”.

O exame do processo revela a existência de dois grupos de revolucionários. As prisões e as condenações mostram que a justiça colonial atingiu preferencialmente um destes grupos: o de elementos populares, artesãos, soldados, escravos, pardos e negros forros. Eles eram representantes da maioria da população colonial. O rigor sangrento de Portugal servia como advertência. Além disso, o próprio Governador, D. Fernando José de Portugal, demonstrou especial cuidado com a inocência de Cipriano Barata. Não se poderá dizer, talvez, que o carrasco da Coroa lusa estivesse ao lado dos *Cavaleiros*. No entanto, de algum modo ligava-se a eles, tolerava-os; eram latifundiários-escravistas, como Siqueira Bulcão, ou intelectuais de renda certa, como o presbítero Agostinho Gomes. O Secretário Perpétuo do Governo era José Pires de Carvalho e Albuquerque, sogro do Bulcão, quase aparentado com Moniz Barreto. Não se sabe se foi um *Cavaleiro* mas, com o fracasso da reunião no Dique, Lucas Dantas e Santos Lira cor-

reram para a sua casa, de onde, na madrugada de 27 de agosto (1798), fugiram para o engenho de Siqueira Bulcão, *Guaíba*...

A justiça era, antes que tudo, colonial; mas também o era de classe.

Os *Cavaleiros da Luz* eram homens de projeção na Colônia; os quatro patriotas que morreram na força eram filhos das “camadas baixas” — artesãos, soldados, filhos de escravos, escravos e forros.

Esta particularidade não tem escapado aos poucos estudiosos do movimento revolucionário de 1798; com atenção, souberam descobrir as diferenças entre os *Cavaleiros* e os elementos populares. No entanto, por outro lado, tem levado alguns a desfigurar a realidade histórica, separando o movimento de 1798 da corrente única de todos os movimentos revolucionários de então — a luta pela Independência — para transformá-lo, só e só, numa revolta contra “as desigualdades sociais”. O Sr. PEDRO CALMON, por exemplo, escreve: “nunca se soube ao certo, na Bahia, se estivera ali ameaçada a integridade da Colônia em 1798, ou se os “alfaiates” — herdeiros do povo inquieto de 1711 — não pretendiam simplesmente insurgir-se contra as desigualdades sociais, cobrando a súbitas e com armas em punho o seu quinhão de fortuna”³⁸. Por sua vez, o historiador baiano Afonso Ruy escreveu um livro para demonstrar que o movimento de 1798 foi “a primeira revolução so-

³⁸ *História da Civilização Brasileira*, PEDRO CALMON, Vol. I.

cial brasileira”³⁹. Indo por este caminho, concluiu que a de 1798 foi uma revolução proletária”. Mas, que é “revolução proletária”? Aplica-se, realmente, ao movimento de 1798, que não chegou a se realizar como revolução, a designação de “revolução proletária”?

Revolução proletária é a derrubada do poder da burguesia e a instauração do poder da classe operária. Ocorre nas circunstâncias de acirrada luta de classes entre a burguesia e o proletariado. Por conseguinte, não se pode falar em revolução proletária antes do capitalismo⁴⁰.

Na Bahia de 1798 — e nas outras regiões do Brasil — não existiam as classes antagônicas: burguesia e classe operária. Por conseguinte, não podia haver a luta de classes típica do sistema capitalista. Assim, se não podia haver esta luta, muito menos uma “revolução proletária”.

A intenção de Afonso Ruy foi boa mas, falando em “socialistas de 1798”, em “massa proletária”, etc., não deixou de estabelecer uma confusão de períodos que só pode servir àqueles que reduzem as proporções do movimento de 1798.

O movimento de 1798 foi basicamente de emancipação: coloca-se ao lado dos seus antecessores, os de 1789 (Minas) e 1794 (Rio de Janeiro). Foi um movimento de emancipação. Amadureceu, entretanto, mais

³⁹ AFONSO RUY, *livro cit.*

⁴⁰ *Dicionário Filosófico Marxista*, M. ROSENAL e P. YUDIN, Ediciones Pueblos Unidos, Montevideo, Uruguay, 1946.

que os anteriores e pôde estruturar uma organização — *Cavaleiros da Luz* — e se estender às camadas mais profundas da sociedade colonial, além de que estava impregnado das idéias mais progressistas do seu tempo. O processo não fala muito nos *Cavaleiros*, mas é evidente que o movimento começou por êles, com os latifundiários-escravistas que sentiam o pêso da Metrópole e com os intelectuais, seus filhos ou aderentes, que sentiam a comoção de 1789. Dos *Cavaleiros* partiram algumas das idéias. Entretanto, os elementos populares se adiantaram a êles: deram formulação mais clara à idéia de república, ligando-a estreitamente ao sentimento de igualdade de direitos (“sendo Republica ha igualdade para todos”), e ainda formularam a idéia de abolição da escravatura, que só aparece como de alguns dêles, mesmo porque, no processo, nas denúncias, testemunhos e declarações, não se revela o pensamento dos *Cavaleiros*.

A participação dos elementos populares da Colônia — soldados, artesãos escravos, forros — é o povo brasileiro em luta pela liberdade. Por isso, o movimento de 1798 foi tanto “dos alfaiates” como dos soldados ou dos escravos.

Assim, inicialmente, os revolucionários foram os *Cavaleiros*; depois, foram os elementos populares. Estavam unidos pela luta geral contra o colonizador luso. Tinham que divergir, no entanto, em outros pontos — no da abolição, por exemplo. Alguns dos *Cavaleiros* eram latifundiários-escravistas — e a condição de classe deveria afastá-los do movimento quando sentissem que

a Independência, sob a forma republicana democrática, traria a libertação dos escravos. Talvez aí se encontre a explicação para o recuo dos *Cavaleiros* em agosto de 1798, fase em que o movimento fica, segundo o processo, nas mãos de Lucas Dantas, Santos Lira e Luís Pires, com o auxílio de João de Deus, Luís Gonzaga, Hermógenes e Pedro de Aguillar Pantoja.

A participação de elementos populares no movimento de 1798 não é um fato único na nossa História, como parece pensar o Sr. Luiz Vianna Filho⁴¹. Aí estão, ainda nos anos da luta pela Independência, os Batalhões Patrióticos, que se formavam quase que espontaneamente com escravos, forros, artesãos e lavradores, além dos simples soldados que deixavam o exército português. O povo brasileiro não aparece nas histórias oficiais de nossa Pátria — mas foi êle quem fez esta História, como mostra, no particular, o movimento revolucionário de 1798.

Deve ser, ainda, motivo de orgulho para os brasileiros a adesão dos revolucionários de então às idéias mais avançadas do tempo. A audaciosa ação dos revolucionários — entre os quais sobressairam homens das camadas mais baixas da sociedade colonial — deve ser um exemplo.

Salvador, maio de 1955.

⁴¹ *A Sabinada*, LUIZ VIANNA FILHO, Livraria José Olímpio Editôra, Rio de Janeiro, 1938.

BIBLIOGRAFIA

- Revolução dos Alfaiates*, in Arquivo Público do Estado da Bahia.
Número de ordem: 499-500. Número de Inventário: 1 e 2.
- Anais da Biblioteca Nacional*, Vols. 43-44 e Vol. 45, Oficinas -
Gráficas da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, 1931.
- Anais do Arquivo Público da Bahia*, Vols. 11-14, Imprensa Oficial -
do Estado, Bahia, 1922-1927.
- Anais do Congresso Internacional de História da América*, Vols. -
III e V, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1927.
- A Primeira Revolução Social Brasileira*, AFONSO RUY, Companhia ✓
Editora Nacional, São Paulo, 1942.
- Os Confederados do Partido da Liberdade*, F. BORGES DE BARROS, -
Imprensa Oficial do Estado, Bahia, 1922.
- Primórdios das Sociedades Secretas na Bahia*, Imprensa Oficial ✓
do Estado, Bahia, 1928.
- Conspiração Republicana da Bahia de 1798*, BRAZ DO AMARAL, -
in "Fatos da Vida do Brasil", Tipografia Naval, Bahia, 1941.
- Memórias Históricas da Bahia*, IGNACIO ACCIOLI, Vol. III, Im-
prensa Oficial do Estado, Bahia, 1931. Com. por Braz
do Amaral.
- Cartas Soteropolitanas*, SANTOS VILHENA, Imprensa Oficial do
Estado, Bahia, 1922.
- História do Brasil*, PEDRO CALMON, Vol. III, Companhia Edi-
tora Nacional, São Paulo, 1947.

História Geral do Brasil, F. A. DE VARNHAGEN (Pôrto Seguro),
Edições Melhoramentos, 5.^a edição, São Paulo.

O Doutor Barata, LUÍS DA CAMARA CASCUDO, Imprensa Oficial
do Estado, Bahia, 1938.

História Secreta do Brasil, GUSTAVO BARROSO, Companhia Edi-
tora Nacional, São Paulo, 1939.

O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil, CARLOS RIZZINI,
Editôra Kosmos, Rio de Janeiro.

Les Ruines, VOLNEY, Lib. Parmentier, Paris, 1826.

Julie ou La Nouvelle Heloise, J. J. ROUSSEAU, Frères Garnier,
Paris, 1871.

História Social da Revolução Francesa, JEAN JAURÉS, Editorial
Poseidon, Buenos Aires, 1946.

La Révolution Française, GEORGES LEFEBVRE, Presses Univer-
sitaires de France, Paris, 1951.

Manifesto Comunista, MARX e ENGELS, Editorial Vitória, Rio
de Janeiro, 1954.

La Révolution Française, ALBERT SOBOUL, Éditions Sociales,
Paris. 1789, *l'An Un de la Liberté*, Albert Soboul, Éditions
Sociales, Paris.

Independência de Hispanoamérica, NICOLAS GARCIA SAMUDIO,
Fondo de Cultura Económica, México, 1945.

Études sur L'Indépendance de L'Amérique Latine, C. BARRA
PEREZ, Nouvelles Éditions Latines, Paris, 1954.

A Sabinada, LUIZ VIANNA FILHO, Livraria José Olimpio Editôra,
Rio de Janeiro, 1938.

Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, edição do Ministério
da Educação, Rio de Janeiro, 1936.

Um Agitador Bahiano: Cipriano Barata de Almeida, AFONSO
RUY, Centro de Estudos Baianos — Bahia, 1953.

Terra do Brasil, AFONSO ARINOS DE MELO FRANCO, Companhia
Editôra Nacional, 1939, São Paulo.

História Social do Brasil, 3 Vols., PEDRO CALMON, Companhia
Editôra Nacional, São Paulo.

História da Civilização Brasileira, PEDRO CALMON, Companhia
Editôra Nacional, São Paulo.

39 — FLÁVIO DE AQUINO	Três Fases do Movimento Moderno
40 — RIMBAUD	Uma Estação no Inferno
41 — SILVIO NEVES	Postais Ingêleses
42 — JOÃO NEVES DA FONTOURA	Poeira de Palavras
43 — JOSUÉ MONTELO	Fontes Tradicionais de Antônio Nobre
44 — ÁLVARO LINS	No Mundo do Romance Policial
45 — STEFAN BACIU	Servindo à Poesia
46 — LUÍS SANTA CRUZ	Poética Menor
47 — MIGUEL PARANHOS DE RIO BRANCO	Alexandre de Gusmão e o Tratado de
	1750
48 — SÉRGIO PÔRTO	Pequena História do Jazz
49 — WILSON LOUSADA	O Caçador e as Raposas
50 — ALFREDO MARGARIDO E C.E. COSTA	Doze Jovens Poetas Portugueses
51 — OTTO MARIA CARPEAUX	Respostas e Perguntas
52 — ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS ..	Portugueses e Brasileiros na Guiana
	Francesa
53 — THEODORO HARNBERGER	Os Estados Unidos Através de sua Li-
	teratura
54 — EURICO NOGUEIRA FRANÇA	A Música no Brasil
55 — DANTE ALIGHIERI	Três Cantos do Inferno
56 — EVARISTO DE MORAIS FILHO	Francisco Sanches na Renascença
	Portuguesa
57 — LOURIVAL GOMES MACHADO	Teorias do Barroco
58 — ALMEIDA FISCHER	A Ilha e Outros Contos
59 — CASSIANO RICARDO	A Poesia na Técnica do Romance
60 — ROBERTO ALVIM CORRÊA	Hebe ou da Educação
61 — LUÍS COSME	Horizontes de Música
62 — CELSO KELLY	Três Gênios Rebeldes
63 — RUBEM BRAGA	Três Primitivos
64 — MANUEL BANDEIRA	De Poetas e de Poesia
65 — ADONIAS FILHO	Jornal de um Escritor
66 — JOSÉ FERNANDO CARNEIRO	Apresentação de Jorge de Lima
67 — FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA ...	Testamento de Mário de Andrade
68 — ANÍSIO TEIXEIRA	A Universidade e a Liberdade Humana
69 — PEREGRINO JUNIOR	O Movimento Modernista
70 — AFRÂNIO COUTINHO	Por uma Crítica Estética
71 — PEDRO DE BOTELHO	Três Fragmentos
72 — OLÍVIO MONTENEGRO	Ensaílos
73 — PAULO RÓNAI	Roteiro do Conto Húngaro
74 — EDGARD CAVALHEIRO	Evolução do Conto Brasileiro
75 — ROBERTO MENDES GONÇALVES ...	O Barão Hubner na Côte de São
	Cristóvão
76 — EDGARD CAVALHEIRO	A Correspondência entre Monteiro
	Lobato e Lima Barreto
77 — MANUEL BANDEIRA	50 Poemas Escolhidos pelo Autor
78 — SÉRGIO MILLET	Três Conferências
79 — GILBERTO FREYRE	Reinterpretando José de Alencar

(Continua)

80	— GILBERTO FREYRE	Manifesto Regionalista de 1926
81	— ANTONIO OLINTO	O "Jornal", de André Gide
82	— MANUEL DIÉGUES JÚNIOR . . .	Estudos de Relações de Cultura no Brasil
83	— BRASIL GERSON	Pequena história dos fanáticos do Contestado
84	— VERA PACHECO JORDÃO	Maneco, o Byroniano
85	— OSCAR MENDES	Nabuco, Mauriac e Baudelaire
86	— YVONE JEAN	Marionetes Populares
87	— THALES DE AZEVEDO	O Catolicismo no Brasil
88	— TRISTÃO DE ATHAYDE	Pela América do Norte — 1.º Volume
89	— TRISTÃO DE ATHAYDE	Pela América do Norte — 2.º volume
90	— JOAQUIM RIBEIRO	Folclore Baiano
91	— HELCIO MARTINS	Pedro Salinas
92	— PAULO MENDES CAMPOS	Páginas de Humor e Humorismo — 1.º Volume
93	— PAULO MENDES CAMPOS	Páginas de Humor e Humorismo — 2.º Volume
94	— CELSO FURTADO	Uma Economia Dependente
95	— ADOLFO CASALS MONTEIRO . . .	Uma Tese e Algumas notas sôbre a Arte Moderna
96	— CYRO DOS ANJOS	A Criação Literária
97	— CASSIANO RICARDO	Pequeno Ensaio de Bandeirologia
98	— AUGUSTO FREDERICO SCHMIDT .	50 Poemas Escolhidos pelo Autor
99	— DANIEL DE CARVALHO	A Formação Histórica das Minas Gerais
100	— CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE	50 Poemas Escolhidos pelo Autor
100-A	— SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO	Catálogo e índice dos Volumes de 1 a 100 (1952-1956)
101	— ALPHONSUS DE GUIMARAENS F.º	Sonetos com Dedicatória
102	— MANOELITO DE ORNELLAS . . .	A Gênese do Gaúcho Brasileiro
103	— AGOSTINHO DA SILVA	Reflexão à margem da Literatura Portuguesa
104	— JOSÉ LINS DO REGO	Presença do Nordeste na Literatura
105	— MAURICIO CAMINHA DE LACERDA	Homens na Paisagem
106	— J. S. RIBEIRO FILHO	Ensaio Diversos
107	— SÉRGIO MILLIET	Considerações Inatuais
108	— EURICO NOGUEIRA FRANÇA . . .	Do Lado da Música
109	— OCTAVIO TARQUÍNIO DE SOUZA	Introdução à História dos Fundadores do Império do Brasil
110	— GRAVES GLENWOOD CLARK . . .	Os Estados Unidos através do Conto
111	— ADOLFO CASALS MONTEIRO . . .	Manuel Bandeira
112	— J. LEITE LOPES	Einstein e Outros Ensaio
113	— RODRIGO M.F. DE ANDRADE . . .	Artistas Coloniais
114	— M. CAVALCANTI PROENÇA	Trilhas no Grande Sertão
115	— HENRIQUETA LISBOA	Madrinha Lua
116	— HERMAN LIMA	Imagens do Ceará
117	— SOUZA BARROS	Cêrcas Sertanejas

(Continúa na 3.ª da capa)